

ENTREVISTA



José Vicente Tavares dos Santos

Entrevista por Edson Benedito Rondon Filho

RESUMO BIOGRÁFICO:

É Professor Titular do Departamento e do PPG em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Membro do Conselho Universitário da UFRGS como Representante Docente (desde 2008), Pesquisador do CNPq (desde 1988, nível I-A), Coordenador do Grupo de Pesquisa “Violência e Cidadania”, desde 1995 e Diretor do ILEA - Instituto Latino-americano de Estudos Avançados da UFRGS (desde dezembro de 2013). Coordena o “Curso de Especialização em Segurança Cidadã” da UFRGS/RENAESP/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (vários cursos desde 1995). Membro do Comitê de Pesquisa RC-29 Social Control and Deviance (Vice-Presidente 2010-2014) da ISA - Associação Internacional de Sociologia) e coordena o Grupo de Pesquisa “Paradoxos da Segurança Cidadã, do CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.

Nasceu em Paris, França, em 29 de janeiro de 1949, onde seu pai exercia um

cargo diplomático. Chegou ao Rio de Janeiro em 1951. A família se mudou para São Paulo, em 1956. cursou o Curso Primário em São Paulo e São Vicente, sempre em Grupos Escolares Públicos. Entrou para o Ginásio no Colégio Estadual Presidente Roosevelt, em São Paulo, tendo se transferido para Porto Alegre, após a morte de seu pai, em 1963. Entrou para o Colégio Estadual Júlio de Castilhos naquele ano. Começou a militar no Grêmio Estudantil em março de 1964, tendo chegado a Secretário Geral em 1965. No final daquele ano, foi expulso por razões políticas, e concluiu o então Clássico em 1966. Entrou para a UFRGS em 1967, no curso de Direito e em Ciências Sociais, tendo abandonado o primeiro no final daquele ano. Ganhou uma bolsa para um curso de verão sobre Desenvolvimento, na Universidade de Harvard, em julho de 1970, viajando à Argentina, Uruguai, Bolívia, Peru e Chile em 1969 e 1970.

Graduou-se em Ciências Sociais em 1971 pela (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e em 1972 foi fazer o Mestrado em Sociologia na Universidade de São Paulo, orientado pelo Professor José de Souza Martins, tendo concluído em 1977). Em 1974, começou a dar aulas de Sociologia na Escola Paulista de Serviço Social, e, em 1975, na Faculdade de Filosofia São Luiz e na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Em 1978, foi convidado a ser Professor na UFRGS, no Departamento e no Pós-graduação em Sociologia. Em 1980, foi eleito Presidente da Associação de Docentes da UFRGS, tendo sido membro do Comando Nacional de Greve dos Docentes das Universidades Federais, em 1980 e 1981. Em outubro de 1982 foi fazer o Doutorado na Universidade de Paris - Nanterre, como bolsista da CAPES, concluído em janeiro de 1987, com o título de Doutor de Estado.

Na UFRGS, foi Coordenador do PPG em Sociologia (1991-1992), Pró-Reitor de Pesquisa (1992-1996), e Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (1996-2000). Realizou várias missões como Professor Visitante (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris, França; Fundação de Ciências Políticas, Paris, França; Universidade de Coimbra, Portugal; London School of Economics, Londres, UK; Universidade de São Paulo, São Paulo). Em 2008, fez um estágio de pós-doutorado na Universidade de Cambridge, Inglaterra. Foi do Conselho Diretivo do

CLACSO - Conselho Latino-americano de Sociologia (2007--2012), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2009-2011) e da ISA - Associação Internacional de Sociologia. Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia e da Associação Latino-americana de Sociologia. Publicou os seguintes livros: *Violências e Conflitualidades* (Porto Alegre, Tomo, 2009); *Matuchos: Exclusão e Luta (Do Sul para a Amazônia Ocidental)* (Petrópolis, Vozes, 1993); e *Colonos do Vinho* (São Paulo, HUCITEC, 1978, 2ª. Ed. 1984. Foi organizador das seguintes coletâneas: *Control social, conflictos y violencia* (Com César Barreira, UFC, Brasil; e Jaime Zuluaga, U.N da Colombia,).Toluca, México, UAEM, septiembre 2013; *Conflitos sociais e perspectivas da Paz* (com Alex N. Teixeira), Porto Alegre, Tomo, 2012. "Violência e Cidadania" (com Alex N. Teixeira e Maurício Russo), P.A. UFRGS, 2011; *Mundialização e Sociologia Crítica da América Latina*. P. A., UFRGS, 2009; *Violências, Lutas Sociais e Democracia na América*. UFRGS, 2009; *América Latina: hacia una nueva alternativa de desarrollo*. (Com E. Zeballos e D. Salinas. Arequipa, Peru, ALAS/U. San Agustín, 2005; *Crise Social e multiculturalismo* (com BARREIRA, C. e BAUMGARTEN, M.). São Paulo, HUCITEC, 2003; *Violências em Tempo de Globalização*. São Paulo, HUCITEC, 1999; *Revoluções Camponesas na América Latina*, São Paulo, HUCITEC, 1985. Foi editor da Revista *SOCIOLOGIAS*, da UFRGS.

RHM: *Como foi seu contato com a questão da violência e o que o levou a pesquisar a segurança pública?*

Trabalhei de 1972 a 1990 sobre Processos Sociais Agrários, campesinato, colonização e lutas agrárias. No período em que fui assessor da Comissão Pastoral da Terra (1988-1990), acompanhei várias situações de violência no campo e comecei a me interessar pela questão da violência. Desenvolvi, desde 1992, uma análise da relação complexa entre a violência e a cidadania, mediante a pesquisa de várias dimensões: A violência e os conflitos sociais agrários, análise da relação entre processos de mundialização e as formas de violência; construção de uma teoria da violência; explicação das origens sociais da violência. Nesse passo, identifiquei a ruptura de laços sociais, o dilaceramento da cidadania, o aumento das violações de direitos humanos e a crise das instituições sociais. Também, inicialmente chamado

pela Prefeitura de Porto Alegre, comecei a estudar a violência no espaço escolar e a violência e juventude. Neste passo, estudei as teorias sobre a conflitualidade social - crime, desvio, controle social e conflitos sociais - desenvolvendo análises sobre os processos de conflitualidade social que configuram as sociedades contemporâneas.

Em termos metodológicos, estou trabalhando sobre a conformação de um habitus da pesquisa informacional, marcado pela utilização dos aplicativos no processo de trabalho sociológico: análise de dados quantitativos, análise de informações qualitativas, modelagem cognitiva e cartografias sociais e simbólicas dos fenômenos de violência. Trabalho com a hipótese de que a lógica da investigação e da interpretação sociológicas têm sido transformadas pelos efeitos epistemológicos das metodologias informacionais. Ao mesmo tempo, combino tais metodologias informacionais com os métodos de estudo de caso, entrevistas em profundidade, formulários por amostragem, grupos focais e consulta às bases mundiais de dados disponíveis na Internet. Procuo assumir a responsabilidade social do trabalho sociológico, seja participando da luta pela reforma agrária, seja identificando estratégias de superação da violência social e de construção da cidadania, seja contribuindo a colocar em prática o conceito inovador de segurança cidadã.

RHM: *Sabemos que o senhor, além de estudar, possui uma vasta experiência prática de visitas às escolas de formação policial. Qual seria o núcleo de formação sincrônica entre a maioria das polícias que conhece e o que diferencia positivamente ou negativamente a formação policial brasileira (quando comparada com outras polícias)?*

Podemos iniciar propondo que existem quatro tipos-ideais de polícia, ou quatro modelos de polícia, presentes em um campo de conflitos, com disputas pela hegemonia nas organizações de ensino policiais: o tipo-ideal autoritário; o tipo-ideal técnico-profissional; o tipo-ideal de polícia comunitária; e o tipo-ideal de polícia cidadã. A questão policial tornou-se mundial, seja pela ineficácia e ineficiência frente ao crescimento dos fenômenos de violência difusa - violência política, violência social, violência simbólica, violência de gênero, violência ecológica - seja pelos novos traços da criminalidade violenta na “modernidade tardia”. Essas crises representam as dificuldades do ofício de polícia, frequentemente reduzido à sua dimensão de

controle social repressivo, com o apelo sistemático ao uso da violência ilegal e ilegítima, e produzindo graves violações de direitos humanos.

A violência exercida por membros das polícias civis e militares tem como origem uma cultura do ofício de policial marcado pela cultura da dominação masculina, pelo machismo, a cultura de “homem de fronteira” e do policial-herói. No processo de socialização do policial, no caso de várias Academias de Polícia Militar, ao lado do currículo oficial, vigora um currículo oculto que apequena o valor da educação formal e sobrevaloriza a experiência profissional. Por um lado, esta cultura se forma a partir de uma discriminação e uma estigmatização do homem rural, definido como rústico, “grosso”, “primitivo” e violento. Nas áreas urbanas, as representações sociais desta cultura da violência se fundam em uma imagem do “criminoso virtual”: o homem pobre, jovem, negro e favelado, em qualquer circunstância, será o suspeito, o abordado, o alvo preferencial.

As modalidades atuais de formação policial ressentem-se de problemas estruturais das organizações policiais brasileiras, em especial da fragmentação dos serviços operacionais, da supervalorização da cultura jurídica, da orientação pelo direito positivo, de uma metodologia baseada na enumeração desproporcional de conteúdos, com uma metodologia de avaliação basicamente memorialista. A fragmentação dos serviços expressa uma disputa de competências entre as polícias – Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militares, Guardas Municipais – bem como os problemas relativos à regulação das empresas privadas de segurança.

Tal dispersão reflete-se na formação policial, pois ora existe uma duplicação de instituições de ensino policial – quase todos os estados brasileiros têm duas escolas: as Academias da Polícia Militar e as Escolas de Polícia da Polícia Civil – ora inexistem centros de formação sistemática. Este é o caso da descentralização pela via da “municipalização” de algumas funções policiais, pois a maioria das Guardas Municipais (com exceção de grandes cidades) não tem centros de formação sistemática.

A transição do regime militar para o atual regime civil implicou um conjunto de confrontos sociais e políticos em torno do destino das instituições públicas e de

seus papéis construídos em um almejado processo de democratização. A ideia de democracia passou a atuar como importante catalisador das lutas sociais pelo poder na sociedade brasileira. Nesse contexto de luta, houve intenso debate entre diversos setores da sociedade sobre os lugares que deveriam ocupar a Justiça e os organismos responsáveis pela segurança pública na reconstrução do Estado democrático.

Há um mal estar na vida dos policiais brasileiros. Na História recente, o ciclo de greves que houve em diversas Polícias no País - em 1997, 1999, 2000, 2001, 2004 e que perdura, ocasionalmente, até nossos dias - representa um sentimento de injustiça vivenciado pelos profissionais. Por um lado, foram expressivas a recorrência e a dramaticidade dos acontecimentos. Houve tiroteios entre policiais em Belo Horizonte, Alagoas e Ceará. Alguns Comandantes foram baleados nas ruas, houve ocupações de quartéis por policiais e suas famílias e na Bahia os líderes das greves foram enviados para o manicômio judiciário. Por outro, a persistência dos problemas - desde os baixos salários até as péssimas condições de trabalho, dos regulamentos autoritários e militarizados até a escassez de meios de trabalho - acentua esta identidade inconclusa. Ao que parece, as greves tiveram como efeito revelar à sociedade as dificuldades vivenciadas por seus guardiões, mas estimulou o associativismo, levando os policiais à arena política. Tal processo contribuiu para levar a questão da crise da Segurança à agenda pública. As organizações policiais vieram a expressar a crise da profissionalização da polícia: as condições de trabalho; a formação do policial; o exercício de um serviço público compatível com as demandas de uma sociedade complexa que apresenta problemas de lei e ordem também complexos. As dimensões deste problema são múltiplas.

Em primeiro lugar, as dualidades das carreiras: na seleção e na formação do profissional policial, tanto militar quanto civil, a carreira será dupla, uma carreira para praças e outra para oficiais; uma carreira para escrivães e investigadores, outra para delegados. Em segundo lugar, no processo de socialização do policial, no caso de várias Academias de Polícia Militar, ao lado do currículo oficial, vigora um currículo oculto. Em terceiro lugar, observa-se a ausência de conteúdos referentes a sistemas de informação - desde a informatização dos boletins de ocorrência, em redes *on line*, até o georreferenciamento das ocorrências, importante para o

policiamento ostensivo, porque ele permite planejar o posicionamento de patrulhas e de policiais na rua, e para a investigação.

A questão da formação da polícia ostensiva funda-se em uma dificuldade de redução da criminalidade e da violência. No entanto, ainda não houve a ruptura com o modelo de formação policial orientado pela perspectiva da formação do Exército, baseada na doutrina da segurança nacional, segundo a qual a polícia deveria ter como função a defesa do Estado. Por conseguinte, as tentativas de mudança no sistema de ensino da polícia no Brasil ocorreram em um contexto institucional fragmentado, no qual coexistem práticas pedagógicas arcaicas com propostas curriculares democráticas e críticas.

Ou seja, as instituições de ensino policial no Brasil apresentam um quadro de carência e necessidades, resquícios de uma herança militarista e juridicista do passado e uma segmentação corporativa. As Academias de Polícia Militar mantêm traços de uma cultura organizacional militarizada, com a exaltação da disciplina, da hierarquia militar e de formação em operações de índole militar, aliadas a um arcaísmo pedagógico, com poucas exceções.

A formação profissional do policial militar é marcada por ritos de passagem, onde se deve romper com a identidade civil e assumir uma nova existência. Busca-se a normalização, por meio da relação de docilidade-utilidade, mediante o exercício constante de um poder disciplinar. Evidenciou-se que há clareza quanto às situações de risco psicológico nas quais podem se envolver os policiais no dia a dia, daí a necessidade de se desenvolver a formação permanente. Ainda assim, a questão da saúde mental dos policiais é um serviço ainda quase inexistente tanto nas academias quanto ao longo de seu trabalho.

RHM: *Quais as alterações mais marcantes apresentadas pelas políticas públicas de segurança no Brasil nesta última década?*

Há um mal estar na vida dos policiais brasileiros. Na História recente, o ciclo de greves que houve em diversas Polícias no País – em 1997, 1999, 2000, 2001, 2004 e que perdura, ocasionalmente, até nossos dias – representa um sentimento de injustiça vivenciado pelos profissionais. Por um lado, foram expressivas a recorrência e a

dramaticidade dos acontecimentos. Houve tiroteios entre policiais em Belo Horizonte, Alagoas e Ceará. Alguns Comandantes foram baleados nas ruas, houve ocupações de quartéis por policiais e suas famílias e na Bahia os líderes das greves foram enviados para o manicômio judiciário. Por outro, a persistência dos problemas – desde os baixos salários até as péssimas condições de trabalho, dos regulamentos autoritários e militarizados até a escassez de meios de trabalho – acentua esta identidade inconclusa. Ao que parece, as greves tiveram como efeito revelar à sociedade as dificuldades vivenciadas por seus guardiões, mas estimulou o associativismo, levando os policiais à arena política. Tal processo contribuiu para levar a questão da crise da Segurança à agenda pública.

Como responder a esta crise? Por outro lado, como responder a ansiedade da população por uma vida segura?

Deparamo-nos com a necessidade de construirmos um novo saber, elucidando as questões complexas acerca da segurança e das polícias, em um intenso e profícuo diálogo entre profissionais da segurança pública e cientistas sociais sobre o controle social, mediante uma abordagem multidisciplinar, o qual somente poderá contribuir para a construção de uma democracia socialmente justa, respeitosa da dignidade humana e garantidora de uma segurança cidadã. A experiência internacional, desde os anos de 1990, evoca orientações diversas: o desenvolvimento da Polícia Comunitária, desde o Departamento de Polícia de Chicago, aliado ao modelo orientado à solução de problemas; ou a “polícia de proximidade”, na França; o modelo de gerenciamento policial de Nova Iorque chamado de “tolerância zero”, com o lema “*Courtesy, professionalism, respect*”, configurando o “profissionalismo” como categoria organizadora das polícias em sociedades democráticas. Ainda mais, verifica-se a categoria “*diversity*”, ou seja, o respeito à diversidade e à diferença, seja em Boston, USA, em Hamburgo, na Alemanha, ou na International Academy Bramshill, no Reino Unido. Além do Brasil, em alguns países há convênios dos órgãos de segurança pública com universidades: na Argentina, na Província de Buenos Aires (Universidad de Lannus) e na Província de Córdoba (Universidad de Villa Maria) para cursos de Graduação; nos Estados Unidos, com dezenas de cursos de graduação e de pós-graduação em Criminologia, Justiça Criminal e Estudos

Policiais. Algumas polícias municipais auxiliam no pagamento das taxas (New York, com a Columbia University, John Jay College of Criminal Justice – CUNY, University of Albany e St. John’s University; Chicago, com a Northwestern University). Na França, a Escola Nacional de Polícia tem um convênio com a Universidade de Lyon para um Mestrado. Na Irlanda do Norte, há um acordo entre o Police College do Police Service of Northern Ireland e a University of Ulster para oferecer aos novos policiais um “Certificates in Police Studies”, desde 2002, em Belfast.

Pode-se afirmar que as instituições de ensino policial estão vivenciando um processo de mudança, ainda que não linear nem determinista, cujos resultados parecem ambivalentes. Por vezes, assistimos à reprodução da cultura militarista e jurídicista, às vezes por uma mudança de comando. Em outros lados, há indícios de mudanças importantes na formação policial. No campo da “sociologia dos estudos policiais”, existe uma tensão teórica entre os conceitos de “treinamento” dos policiais e o conceito de “educação policial”. Refere-se à educação dos profissionais de segurança, pois estamos em face de um saber teórico-prático que precisa orientar-se pelo processo educativo, o qual se fundamenta em profissionais educados, e não apenas treinados, formados ou, *in absurdum*, adestrados. Pode-se estabelecer uma distinção entre “treinamento policial” e “educação policial”, distinção que salienta as relações entre a educação policial e a pesquisa sobre o policial.

RHM: *Nas sua opinião, quais são os atores que merecem destaque nesse processo e como se fomentar a participação social nas políticas públicas de segurança?*

Trata-se de desenvolver uma educação política em termos de um outro conceito, a “segurança cidadã”. A emergência de uma noção de segurança cidadã supõe a construção social de um controle social democrático, não violento e transcultural, retomando o objetivo do policial como ofício de uma governamentalidade não mais apenas do Estado, e do direito de propriedade, mas agora preocupado com as práticas de si, emancipatórias, dos grupos e conjuntos dos cidadãos e cidadãs em suas vidas cotidianas.

Por esta via, tanto as instituições de socialização – a família, a escola, as

associações locais, os meios de comunicação – quanto as organizações de controle social formal – as polícias, o sistema judiciário, as instituições prisionais – podem reconstruir o objetivo de uma sociedade do bem-estar social. Em vários países do mundo, observamos um processo de mudanças não linear, não determinista e não probabilístico; porém, um processo de mudanças possível, demonstrável por evidências empíricas relevantes na formação policial. Deixaríamos, então, policiais e civis, de ter as vidas em risco, para viver em uma sociedade pacificada capaz de controlar democraticamente os atos de violência que vierem a ocorrer em seu território. Esta concepção alternativa, consubstanciada numa polícia com condições dignas de trabalho, voltada aos fundamentos e princípios constitucionais do Estado de Direito, baseado na dignidade da pessoa humana e da construção da cidadania, recoloca o conceito de segurança pública como um direito constitucional de todos os cidadãos.

Para isso, é preciso que todos os órgãos públicos estejam sintonizados e sintam-se como integrantes de um mesmo sistema e seus objetivos corporativos voltados para o mesmo fim. Integração firmada nos laços de solidariedade, cooperação, complementaridade e responsabilidade.

Quanto aos atores sociais, os novos protagonistas são os policiais, a juventude, as mulheres e os movimentos de defesa da vida: emergem forças sociais de resistência, novos movimentos sociais, a crítica aos processos sociais de construção da violência simbólica e das “representações sociais da insegurança”, e as concepções de uma Polícia Cidadã orientada para a mediação de conflitos, a prevenção e erradicação das formas de violência social; enfim, a elaboração de outro modelo trabalho policial. Configuram-se algumas questões básicas: como criar uma alternativa, principalmente quando governos populares assumem o comando do controle social, das forças policiais? Como criar uma alternativa na qual possamos ter um processo civilizador de superação das formas de violência e de criação da cidadania?

RHM: *Tivemos recentemente, pessoas algemadas a postes, outras com o corpo pichados e, até mesmo, linchamentos em várias partes do Brasil. Como o senhor vê esses fenômenos? É um retorno à vingança privada? Quais as motivações que levam populares - pais, mães e filhos e filhas de famílias - a cometerem tais barbaridades?*

Temos que superar o sentimento de vingança, garantindo a segurança que deve ser concebida como Segurança Pública, e não equivalente à segurança do Estado e das classes dominantes, sinônimo de uma “Razão de Estado” enquanto um dos elementos da construção do Estado Moderno. Na América Latina, a segurança pública foi, geralmente, deixada nas mãos dos policiais, os Governos não demonstrando interesse em se imiscuir nesses assuntos. Desde que as forças policiais mantivessem a separação entre os “homens do bem” e os “homens do mal”, poderia reger autonomamente suas organizações, elaborar suas próprias doutrinas, administrar seu ensino e definir as suas modalidades de trabalho policial, incluindo o recurso à violência, legal e legítima, atributo que lhe foi concedido pelo Estado Moderno. Porém, se necessário, havia uma leniência quanto ao exercício da violência ilegal e ilegítima, cunhando uma brutalidade policial, em geral socialmente e etnicamente seletiva. Entendemos que se trata de uma reação do senso comum à violência difusa na sociedade contemporânea, fenômeno social que pode ser denominado de microfísica da violência, compreendendo os processos de conflitualidade social, contraditórios e conflitivos, que vem a salientar a necessidade da discussão política sobre o controle social. Vivenciamos a sociedade normalizadora e regulatória, efeito de tecnologias de poder centradas na vida, de um Estado orientado para o “controle social penal”, com um processo de criminalização dos pequenos ilegalismos e dos movimentos sociais. Tal processo de dissolução das estruturas do bem estar social resultou em uma ruptura dos controles sociais, formais e informais, substituídos na esfera da socialização pelos meios de comunicação.

RHM: *Como o Estado deve trabalhar essas questões?*

Desenvolvendo as práticas de uma segurança cidadã. Estamos vivenciando na América Latina, no Século XXI, um paradoxo: um ciclo de inclusão social acompanhado de uma consciência social punitiva, a qual produz e acompanha a configuração de Estado de Controle Social repressivo. Em outras palavras, estamos diante de formas contemporâneas de controle social, com as características de um Estado repressivo acompanhando a crise do Estado-Providência. Em síntese, o Estado do controle social penal apresenta as seguintes características: a polícia repressiva, o Judiciário penalizante, a privatização do controle social, fazendo com que o crescimento das polícias privadas e das prisões privadas seja acompanhado pelo "complexo industrial-policial", ou todos os ramos industriais envolvidos com equipamentos e instalações de prevenção e repressão ao crime, tais como seguros, segurança privada, viaturas, equipamentos de comunicação, sistemas de informação, etc. No campo do controle social e no dispositivo das violências, contudo, aparecem linhas de fraturas: a emergência de lutas sociais contra a violência expressa possibilidades de uma governamentalidade fundada na sociedade civil e na construção social da cidadania, que busca a reconstrução de relações de sociabilidade mediante outras bases de solidariedade. Emergem, no século XXI, forças de resistência, críticas aos processos de reprodução da violência simbólica e das representações sociais da insegurança; simultaneamente, nascem concepções de uma Segurança Cidadã. O desenvolvimento da noção de segurança cidadã, na perspectiva da Mundialização, supõe a construção de um controle social, formal e informal, não violento e transcultural, preocupado com as práticas de si, emancipatórias, dos grupos e conjuntos dos cidadãos e cidadãs em suas vidas cotidianas.

RHM: *E sobre as diversas manifestações realizadas por todo o Brasil, o que senhor pensa a respeito (sejam elas "rolezinhos" ou na rua)?*

Há uma profunda crise na juventude brasileira. Um primeiro indicador é a deserção de jovens da escola de segundo grau. Os jovens estão vivendo um tempo de

instabilidade e de incertezas, no qual houve a precarização do trabalho e a vivência dos dilemas do labirinto da vida.

Entretanto, na primeira década do Século XXI, aconteceu um protagonismo dos jovens inesperado, superando a fragmentação, a vulnerabilidade e o enclausuramento. Há uma voz mundial de indignados, o que nos lembra as Revoltas nas Periferias de Paris, em 2005 e 2006, com milhares de carros incendiados. Ou os jovens nas cidades da Espanha - os Indignados - em Portugal, no México, no movimento estudantil chilena e o movimento Occupy Wall Street e em outras cidades norte-americanas. Um mal estar social, um descontentamento generalizado pode estar na base das motivações: no Brasil as manifestações nas ruas foram passando, de 6 a 27 de junho de 2013, de 6 mil a mais de 1 milhão de pessoas, alargando-se por todo o território do país, desde as capitais até cidades das regiões metropolitanas e mesmo cidades menores. As demonstrações massivas nas ruas neste período e ao longo do mês de julho foram precedidas por uma série de eventos de grupos organizados de luta por direitos, os quais passaram despercebidos ou foram propositalmente obscurecidos pelos meios de comunicação convencionais. Quando abordados, foram vinculados a atos isolados de “minorias”, não raro sob uma abordagem que ressaltava os aspectos contraditórios de suas demandas em relação aos interesses médios da sociedade ou sobre os transtornos causados para o trânsito e a circulação nas grandes cidades. Trata-se dos diversos protestos, marchas e mobilizações: pela melhoria da Educação, pelo direito à Habitação, à Saúde, a Marcha das Vadias, a da Maconha, por mudança do arranjo de mobilidade nos grandes centros urbanos entre outros. Ou de inclusão na sociedade de consumo, como é o caso dos “rolézinhos”.

Esses jovens parecem não se sentir incluídos e reconhecidos pela sociedade e pelos representantes de poder. Seus protestos são a expressão de um desejo de reconhecimento: uma luta por direitos de cidadania, contra a violência, seja a violência policial, seja a violência dos depredadores e saqueadores; manifestam por algo além da inclusão social econômica e no ensino universitário, afirmando que tais medidas precisam ser acompanhadas de um reconhecimento de direitos coletivos difusos. Se quisermos oferecer um futuro à sociedade brasileira, precisaremos

estancar o genocídio da juventude, principalmente dos jovens negros, e reconhecer seu direito a participar da sociedade. Esta é uma das grandes tarefas da sociologia, dos educadores e dos policiais de nosso tempo.

RHM: *Agradecemos suas palavras. Obrigado!*